

ATA N° 01/2009

Aos vinte e um dias do mês de julho de dois mil e nove, às dez horas, reuniram-se na sede da Estação Ecológica do Taim os membros do Conselho Consultivo desta e convidados, conforme lista de presença anexa a esta Ata. A pauta da reunião consistiu dos seguintes assuntos: Apresentação da nova chefia; análise da situação da ESEC Taim; estruturação administrativa e política da ESEC no ICMBio; situação do edital para o estudo fundiário da ESEC: apresentação dos trabalhos relativos à gripe aviária e outros assuntos. Estavam presentes os representantes das seguintes instituições: Prefeitura Municipal de Santa Vitória do Palmar; Prefeitura Municipal de Rio Grande; Universidade Católica de Pelotas; Trevo Florestal; Sindicato dos Empregados do Comércio; SEMA-Defap; FURG; Comunidades locais; Polícia Rodoviária Federal; NEMA; Batalhão Ambiental e ICMBio. O Sr. Henrique Horn Ilha Presidente do Conselho, abriu a reunião, a qual foi secretariada por mim Carla Valeria Leonini Crivellaro. Inicialmente o novo chefe apresentou-se ao conselho, relatando sua trajetória profissional como membro do NEMA e posteriormente assumindo a chefia do Parque Nacional Marinho de Abrolhos durante 6 anos, seu ingresso como servidor do governo junto com o ICMBio, o trabalho como coordenador do Centro de Mamíferos Aquáticos-CMA e atualmente assumindo a chefia da Estação Ecológica do Taim. O Sr. Henrique fez uma proposta inicial sobre a construção da ata ser de cunho administrativo. Seguindo, o Prefeito de Santa Vitória do Palmar, Sr. Cláudio Pereira manifestou-se contrário a proposta uma vez que acha importante que todas as manifestações estejam relatadas a fim de ter maior transparência e visibilidade dos representantes das instituições. O Sr. Paulo Arruda representante do Sindicato dos Empregados do Comércio apoiou a manifestação. O Sr. Renato Carvalho do NEMA acha que as atas devem ter um meio termo uma vez que o conselho já não teve atas, teve atas simples e atas mais detalhadas, necessitando seguir um padrão. O Sr. Henrique demonstrou preocupação com o estilo que estas poderão assumir daqui para frente com a constituição da Secretaria do Conselho. O Sr. Renato questionou sobre o quórum da reunião, se havia sido feito um levantamento das instituições que fazem parte e se outras solicitaram assento neste Conselho e que em virtude do baixo quórum fica complicado deliberar algum assunto importante. O Sr. Henrique respondeu que não havia sido feito este levantamento e que os atuais foram convocados. O Sr. Claudio Pereira reiterou a possibilidade de não podermos votar nem decidir nada com o quórum presente. O Sr. Henrique questionou se se fazia necessário a leitura da ata anterior – Ata 05/2008. O Sr. Paulo Arruda achava que não, pois todos já haviam tido contato com a Ata que estava disponível no email do Conselho, o qual está desativado e que de qualquer forma não poderíamos aprová-la. Sendo assim, sugeriu que a reunião tivesse continuidade. Todos aceitaram e deu-se sequência à pauta, a qual foi apresentada pelo Sr. Henrique. Inicialmente sobre a análise da situação da ESEC Taim, o Sr. Henrique fez uma retrospectiva da situação jurídica da mesma – Decreto 81603/78 e o Decreto 92963/86. Apresentou o mapa da área de utilidade pública do decretada em 1978 e sobre o Decreto de 1986 este constitui-se de áreas descontínuas perfazendo um total de 10.764,61 hectares. Os locais foram apontados no mapa. Segundo informações existem cerca de 11.000 hectares adquiridos que estão fora do Decreto de 1986 sendo elas: área da Caçapava, da Nicola e arredores. Sendo que 11.000 sobraram para regularização dos problemas. Sobre a relação hierárquica a ESEC Taim está no ICMBio – Ministério do Meio Ambiente dentro da DIREP – Diretoria de áreas de proteção integral, a qual esta dividida em coordenadorias regionais – CR

09 – Florianópolis. Este novo órgão optou em centralizar o fluxo dos recursos financeiros em grandes contratos – DIPLAN – Brasília para aquisição de combustível, oficina e vigilância terceirizada. Contratos locais e licitações mais simples como, por exemplo, água, luz, telefone, aquisição de gás, e consertos são realizados através da FLONA de Ipanema – São Paulo. Além do orçamento federal temos recursos da compensação ambiental tal como da CGTE para regularização fundiária – R\$ 2,5 milhões, elaboração do Plano de Manejo R\$ 600 mil e implementação do Plano R\$ 900 mil. E CEEE Reforma da Base Costeira e também recursos da gripe aviária com produtos, consultores, materiais de consumo e equipamentos. Outras fontes de recursos vem da conversão de multas e penas estabelecidas em juízo. Doações e apoios e voluntariado até para a fiscalização. Com relação aos recursos disponíveis temos: sede administrativa com museu, alojamentos, sala de eventos, e biblioteca, a Base Costeira, Nicola, Santa Marta, Caçapava e Horto Florestal, sendo que os fiscais atualmente não permanecem mais na sede administrativa passando a ficar na Santa Marta, o que aproxima do objetivo. Recursos materiais são 10 viaturas, 1 caminhão, 2 motos, 5 embarcações. De recursos humanos a ESEC conta com 3 analistas ambientais, 4 técnicos administrativos, 2 técnicos ambientais, 4 auxiliares, 2 postos de vigilância e 2 servidores administrativos terceirizados. Com relação aos próximos passos da ESEC estão previstos: a contratação do estudo fundiário, o qual se encontra em fase de publicação pela CGTE do edital para sair a licitação em 45 dias e posteriormente irão correr os prazos de contrato sendo que a expectativa é que em setembro já teríamos um vencedor. A partir do estudo será elaborada uma proposta de minuta de um novo decreto de ampliação do Taim incluindo a zona de amortecimento, o qual será apreciado pelo Conselho. Sendo a zona de amortecimento uma proposta técnica é mais simples em função da fisiografia e da interação com o ambiente. O Sr. Cláudio perguntou se a zona de amortecimento não seria posterior ao Plano de Manejo. O Sr. Henrique diz que sim mas conceitua a zona de amortecimento a qual já possui um regramento a fim de amortizar os usos que interferem diretamente com as funções ecológicas e para os fins que a unidade foi criada e este regramento é feito com o Plano de Manejo. O Sr. Eduardo da Trevo perguntou se a zona de amortecimento é definida nos 10 quilômetros e o Sr. Henrique respondeu que esta será estabelecida de acordo com a lógica fisiográfica e política. O Sr. Paulo Arruda perguntou se no estudo fundiário teríamos já a definição da zona de amortecimento. O Sr. Henrique disse que depois do estudo esta seria definida, uma vez que o decreto é o mesmo. Seriam formados grupos de trabalho para o estabelecimento da zona de amortecimento com a lógica de proteção da unidade de conservação. A área do estudo focará a área definida no decreto de 1978, caracterizará as unidades ambientais e as propriedades. A intenção da chefia não é diminuir nem aumentar a área, mas trabalhar na perspectiva de quais 33.000 hectares são melhores. O Sr. Renato manifestou-se a cerca do título do edital, que este não é só fundiário, mas também de caracterização das unidades ambientais e definição do melhor desenho para conservação da biodiversidade. O Sr. Paulo Arruda solicitou que fosse enviado aos membros do Conselho a versão final do edital. O Sr. Renato complementou sobre a tentativa do ICMBio em implementar o edital através do PNUD. O Sr. Henrique explicou que devido o teto do PNUD para realização do trabalho ser muito aquém das propostas recebidas o edital foi cancelado. Depois do estudo concluído, dos ajustes e pré-formatação, teríamos as audiências públicas, atendendo a lei que prevê tais consultas para casos de ampliação de áreas, sendo então este o nome do Projeto. Sobre o Plano de Manejo este prevê na sua construção uma parte de inventário e uma parte maior de planejamento com o maior envolvimento das comunidades e

instituições. A importância do estudo é que ele nos dará as diretrizes para as indenizações, sendo analisados caso a caso em função da importância das áreas também importantes para a conservação da biodiversidade. Salientou que a via de compensação ambiental é mais rápida que a via dos fundos governamentais. Sobre a compensação da obra de ampliação dos molhes da barra, por exemplo, sendo que os R\$ 2.070 milhões foram disponibilizados para o Parque Nacional da Lagoa do Peixe, sendo assim como chefe irá se manifestar sobre o por que o Taim não ter sido contemplado. O Sr. Renato colocou sobre a importância de estar-se em contato com a Câmara de Compensação. A Sr. Mara Núbia, Secretária de Meio Ambiente do Rio Grande ressaltou sobre a audiência pública sobre a Usina Termelétrica e que nesta a FEPAM pronunciou-se sobre a compensação da Quip ter sido canalizada para a Reserva do Mato Grande em Arroio Grande. Seguindo a pauta, o Sr. Henrique comentou sobre o programa de capacitação dos servidores a qual prevê uma capacitação permanente do quadro de funcionários e conclama o Conselho para sugerir temas e participar dos encontros. Esta é uma maneira concluiu o Sr. Henrique de valorizar e qualificar o trabalho na ESEC. Também haverá um maior investimento nas ações de educação ambiental, projetado nas ações de sensibilização e projeção da ESEC na comunidade, mídia a fim de que as pessoas possam estar cientes da importância de se ter uma unidade como o Taim. Outra ação diz respeito a manter a pressão na fiscalização. Também será realizado um levantamento dos estudos já realizados na área do Taim a fim de indicar as lacunas existentes e de potenciais estudos a serem realizados junto à academia. Com relação à infra-estrutura estão previstas: a reforma da sede da costeira, a construção da sede na Santa Marta e da sede do Prevfogo, a criação do centro de convivência na casa de bombas, buscando mudar o foco da ESEC para este local, o qual terá espaços interativos para a recepção do público. Outra alternativa seria a criação de um centro de convivência e projeto de recuperação da mata nativa junto ao Horto, com o estabelecimento de trilhas e visitação. O Sr. Cláudio falou sobre as negociações para a implantação da trilha dos Campos Neutrais e que já está sendo realizado um debate entre os dois municípios – Rio Grande e Santa Vitória do Palmar e acha que o Taim deveria participar destes uma vez que existe potencial deste ser integrado a este roteiro turístico. Além dos aspectos de infra-estrutura o Sr. Henrique acrescentou a necessidade de captar novos analistas ambientais neste processo. Também buscará angariar o título RAMSAR para a unidade e criar um programa de estágios na perspectiva de uso público em levar e trazer informações. Finalizada esta parte abriu-se espaço para apresentação dos trabalhos produzidos pela equipe de consultores da gripe aviária – captura e coleta de materiais das aves migratórias, educação ambiental, saúde e manejo de pinus. Após a apresentação dos trabalhos foram abertos os outros assuntos. O Sr. Renato parabenizou a nova chefia, os funcionários, também o aniversário da ESEC Taim e a iniciativa em comemorá-lo devido a sua importância para a sociedade e o planeta. Na oportunidade entregou oficialmente ao Sr. Henrique o relatório técnico final do Projeto Comunidades do Taim: educação e sustentabilidade, o qual foi executado pelo NEMA com o apoio do FNMA. O Sr. Henrique fechou a reunião apresentando as atividades de comemoração dos 23 anos da ESEC Taim a qual será realizada em Rio Grande no Largo Dr. Pio no dia 22 e em Santa Vitória do Palmar no dia 24. Nesta oportunidade serão expostos banners acerca das riquezas do Taim, vídeo educativo e a exposição de cartunistas gaúchos intitulada Taim...graçado. Não havendo mais nenhuma consideração a fazer, o Sr. Henrique agradeceu a presença de todos e solicitou que o Conselho provocasse data de uma próxima reunião neste ano ainda. O Sr. Paulo Arruda acha importante que outras entidades

possam ser convidadas e aglutinar esforços na participação do Conselho. Foi sugerido o final de outubro, início de novembro e data para a próxima reunião. Sendo o que havia para o momento e não havendo mais nenhuma consideração, a reunião foi encerrada, na qual lavro e assino esta ata.